

O POVO DO CERRADO: RELAÇÕES ENTRE POPULAÇÃO E AMBIENTE NO ESTADO DE GOIÁS

Ivanilton José de Oliveira*

RESUMO:

Este texto apresenta elementos para discussão sobre as relações existentes entre a população do estado de Goiás e o ambiente do Cerrado. Embora a referência ao Cerrado seja cada vez maior, tanto no marketing de empresas particulares quando na publicidade de órgãos públicos, o que se percebe é um distanciamento da população em relação aos ambientes naturais, fruto da urbanização acelerada. Assim como há um descompasso entre as imagens que são produzidas para o turismo e as paisagens que se transformam pela expansão agropecuária.

PALAVRAS-CHAVE:

Cerrado; População de Goiás; Turismo; Cultura; Ambiente.

ABSTRACT:

The relations between the Cerrado's population and environment in the State of Goiás (Brazil) are presented for discussion in this article. Although the references to the Cerrado are becoming more prevalent in the marketing of private companies as well as in advertisements from public agencies, the Cerrado-area inhabitants are showing an increased unfamiliarity with the natural environment due to rampant and haphazard urbanization. There is also a remarkable contrast between the Cerrado's images produced for tourism and the landscapes that are being transformed by a fast-paced agro-pasture expansion.

KEY WORDS:

Cerrado; Population; Tourism; Culture; Environment.

Considerações iniciais

O trocadilho com o famoso título de *O povo do lago*, de Leakey e Lewin (1996), foi uma forma de remeter à idéia de um povo para o qual se busca uma identidade, cuja base pode estar na compreensão de sua organização social, seus hábitos alimentares, sua economia, os papéis sociais de seus habitantes e, é claro, em como tudo isso os vincula a determinados ambientes – seja o vale e o lago dos hominídeos de Leakey e Lewin, no passado pré-histórico, seja o cerrado dos goianos, na atualidade.

Há tempos surgem nas mídias as referências aos “povos do cerrado”, como uma indicação de populações que, supostamente, têm sua definição sociocultural atrelada aos ambientes do cerrado brasileiro, com os quais travam imbricadas relações de consumo, convivência, exploração, de base econômica ou cultural, como as manifestações da culinária, da religião e da medicina popular, entre outras.

Essa imagem de uma relação simbiótica entre população e cerrado tem sido apropriada pelos agentes do turismo, do comércio, da indústria, das atividades econômicas de uma

maneira geral, como forma de criar uma identidade a ser agregada aos produtos ou serviços, criando um elemento de diferenciação – algo que o ramo do marketing de vendas aprendeu a explorar de forma exímia no momento da oferta de tais produtos aos potenciais consumidores.

Mas, até que ponto realmente existe consciência do povo goiano quanto a ser um “povo do cerrado”? Será que a população e seu atual estágio de convivência com o território, outrora dominado pelas paisagens do cerrado, ainda guarda vestígios de uma interação expressiva, como aquela que existia entre os indígenas pré-colombianos?

Certamente ainda é possível encontrar em alguns povoados e vilas, populações cujas manifestações sócio-culturais mantêm estreita inserção de elementos do cerrado. Contudo, esses núcleos são hoje a exceção, já que os ambientes majoritários entre os goianos são os centros urbanos, onde as relações sociais e de trabalho guardam poucos ou mesmo nenhum vestígio dessa influência mútua do passado.

A distribuição da população em Goiás

De acordo com os dados do IBGE (2000), a população de Goiás atingiu, no ano 2000, a cifra de 5.003.228 habitantes, dos quais 4.396.645 (87,9%) foram considerados como população urbana. Ou seja, restaram, como habitantes do campo, da zona rural goiana, pouco mais de 12% do total de sua população – o que já é um evidente indicador de um distanciamento da imensa maioria dos habitantes de Goiás de uma convivência mais próxima com os resquícios de ambientes de cerrado ainda existentes no estado.

É claro que podemos relativizar tais dados, ao considerarmos que boa parte dessa população urbana é fruto do êxodo rural, a migração dos habitantes das zonas rurais em direção às cidades, algo que é marcante na análise do comportamento da distribuição da população em Goiás nas últimas décadas. Nas

palavras de Estevam (2005),

O êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980 e a sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu a tendência constatada no país. A redistribuição urbano/rural foi mais intensa no Estado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que instituiu direitos trabalhistas para os antigos colonos, levando fazendeiros a preferir “expulsá-los” — por falta de condições econômicas — do que obedecer às normas legais.

Os dados dos censos demográficos indicam que o estado de Goiás teve o maior decréscimo relativo em termos de população rural, de todo o país, entre 1980 e 1991, totalizando -51,21%. E a queda continuou expressiva nos anos seguintes, registrando, entre 1991 e 2000, -14,74%. Esse fluxo de pessoas teve como destino principal as cidades do aglomerado urbano de Goiânia, Anápolis e do entorno de Brasília, que registraram acréscimo significativo do quantitativo populacional. Isso implica dizer que grande parcela da atual população urbana de Goiás tem vínculos estreitos com a zona rural, da qual é oriunda.

Dentre os fatores responsáveis por perda de população, especialmente nas zonas rurais e nas menores cidades, há que se destacar a tecnificação rural, com a produção agrícola voltada para a exportação; a estagnação ou até depressão econômica de áreas produtoras (como o oeste goiano e o meio-norte); as migrações internas para áreas mais dinâmicas; a queda das taxas de fecundidade e natalidade; além das migrações para o exterior, como para os EUA e Europa (embora não haja dados confiáveis, a mídia tem destacado que Goiás aparece entre os principais estados de origem dos imigrantes brasileiros).

Mas, talvez ainda mais importante seja o fato de que Goiás é um estado tradicionalmente receptor de migrantes, vindos das mais diversas regiões do Brasil. De acordo com Estevam (2005), mais de um terço da população de Goiás é constituída de imigrantes. Historicamente, a alocação dessas populações migrantes, oriundas principalmente do Sudeste e do Nordeste do Brasil, obedeceu à *lógica das oportunidades*, isto é, foram buscadas aquelas áreas geradoras de riquezas e chances de prosperidade. Após o período aurífero, entre os séculos XVII e XVIII, os marcos mais importantes, com influência significativa no crescimento populacional, são a criação de Goiânia (1933) e de Brasília (1960); a Marcha para o Oeste (décadas de 1930/40); os projetos de desenvolvimento, como o Polocentro (década de 1970) e o Prodecer (década de 1980); e a consolidação industrial (especialmente a partir da década de 1990), com a instalação ou expansão das agroindústrias, das indústrias fármaco-químicas, das indústrias têxteis e indústrias de mineração.

De acordo com Arrais (2004), alguns fatores que influenciaram a distribuição populacional no estado de Goiás foram a abertura de estradas, a implantação de indústrias, os projetos de colonização e o desenvolvimento regional. Isso deve explicar, por exemplo, o peso preponderante de Brasília no contexto mais recente da distribuição do crescimento populacional. Seja a partir da abertura das estradas que interligaram a capital federal com o restante do país e da necessidade de mão-de-obra, recursos e serviços durante a sua construção, seja pela concentração de riquezas, oriunda dos investimentos federais na criação e manutenção da *urbis burocrática*, que concentra a "nata" do funcionalismo público federal e da classe política dirigente do país.

Para Estevam (2005), o estado assumiu também a condição de "boca do sertão", servindo de passagem para milhares de migrantes brasileiros que buscam acomodação na Região Norte do país. Nesse processo, contudo, boa parte acaba se instalando nas cidades "teoricamente" mais promissoras, em termos de opções de empregos.

Esse é um dos fatores que explica o elevado crescimento populacional de Goiás nas últimas décadas, embora o estado possua taxas de fecundidade e natalidade próximas da média nacional, que vêm decaindo sucessivamente ao longo dos anos. Estevam (2005) indica que a contagem de 2000, do censo do IBGE, detectou um acréscimo de mais de 300 mil habitantes, comprovando que o estado de Goiás ainda continua um pólo de atração imigratória. O autor argumenta, entretanto, que sua densidade demográfica, com pouco mais de 14 habitantes por quilômetro quadrado, "ainda representa um grande potencial de acomodação".

Contudo, a distribuição da população pelo território goiano demonstra uma concentração exorbitante em torno do eixo formado por Goiânia, Anápolis e Brasília (Figura 1), algo que pode ser constatado no crescimento vertiginoso das populações de cidades como Luziânia, Águas Lindas, Formosa, Novo Gama, Planaltina, Valparaíso, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, que em poucas décadas passaram a ocupar posições entre as maiores cidades do estado. Essa atração é basicamente marcada por um maior dinamismo nos setores secundário e terciário nesses municípios, que passaram a ser os que absorvem maior volume de mão-de-obra, especialmente a partir do processo de tecnificação e profissionalização das atividades rurais no restante do estado.

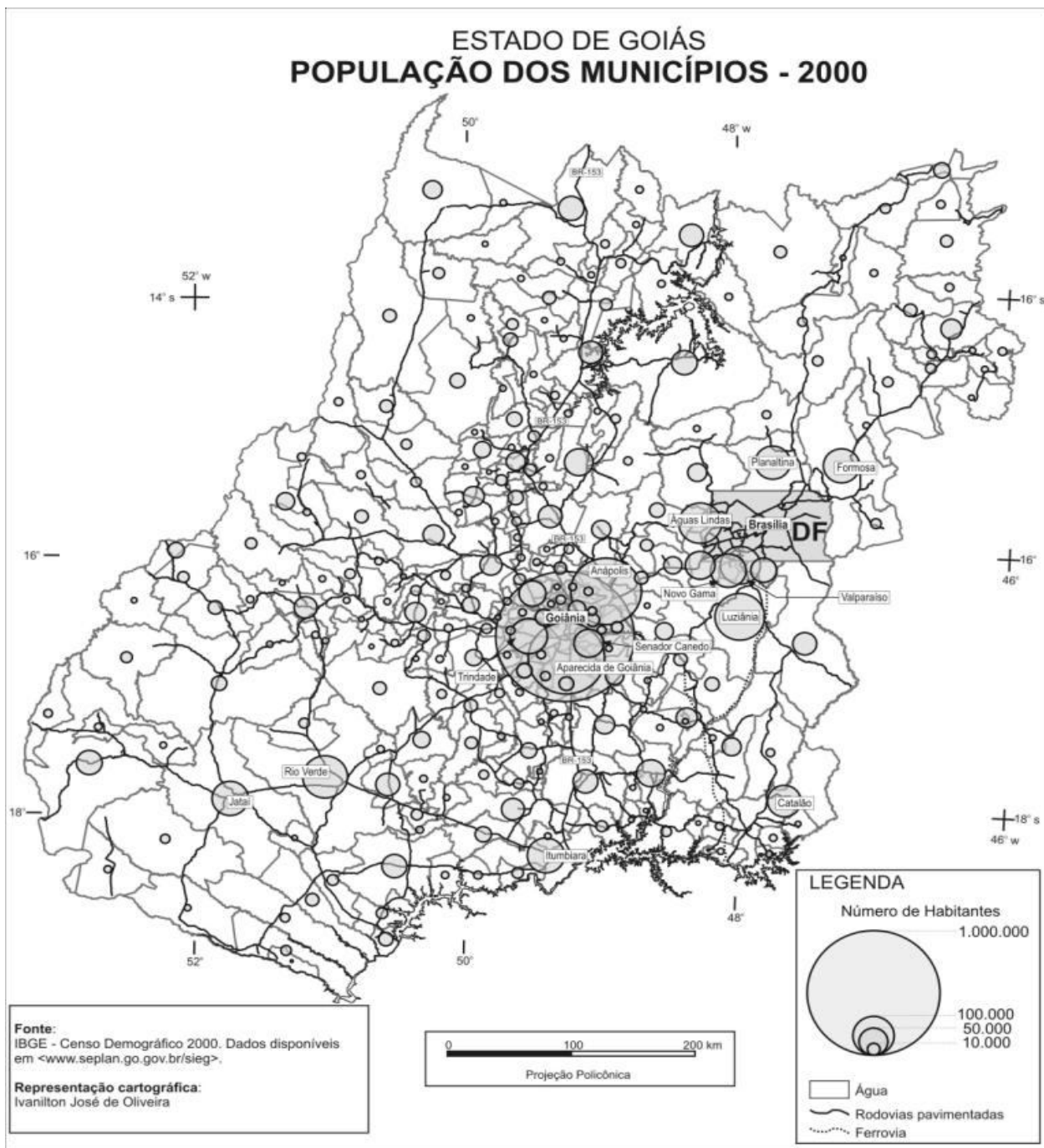


Figura 1 – Distribuição da população no estado de Goiás – 2000

Em outras palavras, nada indica que esse padrão de concentração populacional vá ser revertido. Ao contrário, longe de ser uma anomalia, essa tem sido a regra no processo de urbanização no Brasil e na maior parte do planeta, com uma tendência à centralização em grandes aglomerados urbanos e ao esvaziamento populacional nas zonas rurais. E todos os problemas advindos desse processo, como as dificuldades em atender às demandas por habitação, emprego, saúde, saneamento básico, educação, infraestrutura de serviços etc.

Ao mesmo tempo, isso gera uma transformação cultural das populações, cuja assimilação do modo de vida urbano, seus ritmos, anseios e necessidades, também significa um afastamento contínuo em relação às tradições rurais, como o tempo guiado pelos ciclos naturais, o conhecimento das mudanças sazonais no clima e sua influência nas atividades produtivas primárias, a proximidade e a interação com as paisagens, as águas, os remanescentes de vegetação e fauna do cerrado, entre outros elementos que são gradativamente (ou bruscamente) perdidos.

O reverso da moeda

Mas, especialmente nas pequenas e médias cidades goianas, ainda há um amplo contingente de pessoas que guarda relação muito próxima com as atividades rurais, por meio de vínculos familiares, comerciais ou mesmo de trabalho. A cidade é vista como fornecedora de bens e serviços que ainda são escassos ou inacessíveis no campo, como a educação e a saúde. Daí a necessidade da habitação urbana, mesmo quando a renda familiar é oriunda da zona rural. Dessa forma, essa população mantém, ainda que precariamente, uma maior aproximação com paisagens menos artificializadas existentes no campo; em ambientes mais dependentes dos ritmos e ciclos naturais.

E mesmo nas maiores cidades é possível perceber como a origem rural deixa suas marcas, embora sejam cada vez mais imagéticas do que empíricas. As feiras agropecuárias e as festas de peão, a música "sertaneja", o vestuário *country*, o gosto por veículos como picapes, entre outras manifestações, aparecem incorporadas ao cotidiano dos goianos, embora muitos jamais tenham tido qualquer conexão com os ambientes rurais que estão na base de origem dessas atividades e expressões culturais e/ou econômicas. E, no caso do estado de Goiás, mais recentemente temos registrado um resgate dessas origens atrelando-as ao cerrado, cuja cobertura vegetal já foi quase totalmente extirpada no território goiano. O que não deixa de ser um paradoxo: na medida em que desaparece no estado, o cerrado "reaparece" no imaginário coletivo dos goianos acerca de suas "origens".

Os termos "reaparece" e "origens" foram destacados para indicar o fato de que são construções bem marcadas na análise do discurso encontrado nas mídias, nas propostas políticas e governamentais, nas estratégias de marketing da iniciativa privada e mesmo nas comunicações das entidades da sociedade civil organizada (como as ONGs). Isso é fruto, inicialmente, da maior relevância da questão ambiental a partir dos anos 1960, em âmbito mundial, cujas origens estão na escalada crescente de problemas ocasionados pela poluição e degradação dos ambientes, a partir da apropriação irracional e desmedida dos recursos naturais, para atender à demanda da produção industrial. Com o tempo, essas preocupações ambientais deixaram de ser repelidas e passaram a ser incorporadas pelos agentes da produção econômica, como forma de sobrevivência em meio à concorrência de mercado e/ou como fator de diferenciação mercadológica.

Quando observamos o quadro atual da utilização das terras em Goiás (Figura 2), vê-se claramente uma situação desalentadora, em que as pastagens e lavouras devastaram as antigas áreas de cerrado, que antes cobriam praticamente todo o estado e agora restam apenas como resquícios fragmentados e desconexos, salvo por algumas poucas grandes manchas que resistem ao avanço do "progresso".

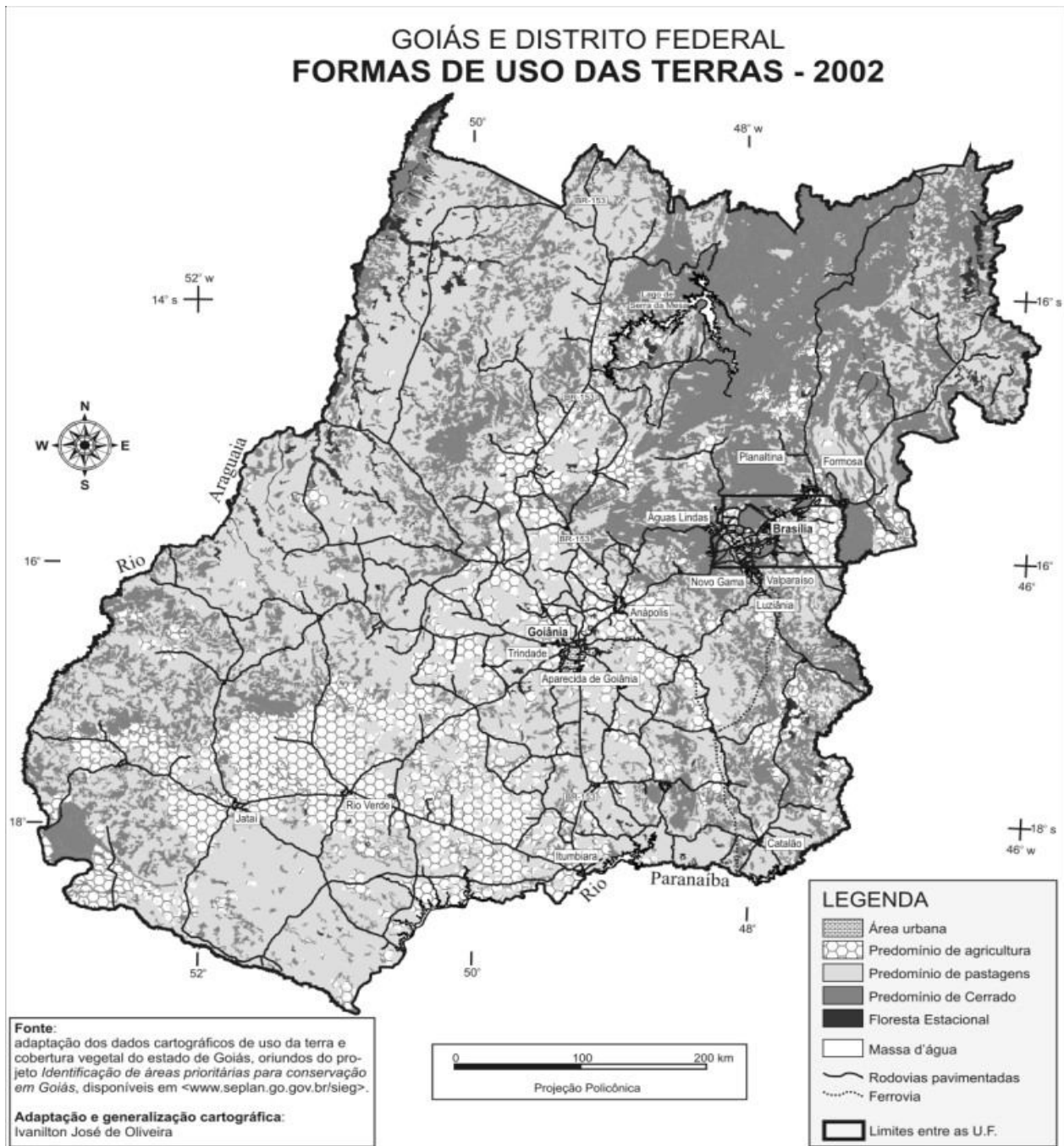


Figura 2 – Mapa de uso das terras em Goiás e no Distrito Federal – 2002

As pastagens estão disseminadas por todo o estado, só perdendo a supremacia em trechos do sul, sudoeste e sudeste, além de áreas na região central e no entorno do Distrito Federal, onde as lavouras são mais significativas. As manchas contínuas e mais extensas de lavouras aparecem no sudoeste goiano, confirmando a “vocação” natural de suas terras para o cultivo, em função do relevo plano e dos solos propícios ao emprego da mecanização das etapas de produção.

As áreas urbanas já ganham dimensões expressivas, especialmente no caso de Goiânia e sua conurbação com cidades vizinhas, como Aparecida de Goiânia e Trindade, e na situação de Brasília e suas cidades satélites, cuja mancha urbana já ultrapassa os limites do Distrito Federal, incorporando cidades goianas limítrofes, que vivem em função da dinâmica econômica de Brasília.

Por sua vez, as antigas manchas de floresta estacional foram praticamente extintas. Restaram corredores e fragmentos ainda menos significativos do que o cerrado, destacando-se aqueles da depressão e planície do curso médio do Rio Araguaia (e seus afluentes), certamente pelas dificuldades impostas à sua ocupação pelas oscilações do nível das águas e pelos solos oriundos de material inconsolidado (sedimentos), bastante instáveis e frágeis.

Como área contínua, o cerrado é mais expressivo no nordeste de Goiás, reflexo do padrão histórico de ocupação do território goiano e, claro, dos obstáculos geomorfológicos e pedológicos, como as declividades acentuadas em certos trechos de relevos elaborados em antigas estruturas dobradas e falhadas, sobre os quais se formaram solos rasos e pedregosos, além de naturalmente ácidos e muito pouco férteis – condições que propiciaram a instalação e manutenção de espécies do cerrado.

Outro elemento importante, mas geralmente negligenciado nessas observações, são as extensas áreas encobertas pela água dos reservatórios de usinas hidrelétricas, cujos exemplos mais chamativos, mesmo em representações de pequena escala, são as represas de Serra da Mesa, no rio Tocantins, e as existentes ao longo do rio Paranaíba. Essas imensas massas d’água, embora sejam vistas

como territórios potenciais para o turismo – além da sua função primordial de geração de energia elétrica –, representam perdas significativas da biodiversidade, pois incorporam justamente as terras de mais difícil acesso (altas declividades), que geralmente tendem a preservar remanescente de vegetação mais densa e nichos ecológicos.

Há ainda o fato de os lagos passarem a funcionar como barreiras aos deslocamentos de fauna, ou mesmo para as populações locais, que se vêem obrigadas a percorrer extensões muito maiores em relação a antigos trajetos – sem contar o trauma vivido por uma parcela das populações que é objeto de despejos e realocações definitivas, quando suas terras estão entre aquelas que serão alagadas.

Imagens e ambientes do território goiano

Goiás é vendido nos pacotes turísticos como a terra das cachoeiras, dos lagos artificiais, das praias fluviais, das águas quentes, da pesca (Figura 3). Mais recentemente, também se tem explorado a infraestrutura para eventos, com localização estratégica, de fácil acesso a todas as regiões do Brasil. Neste último caso, as belezas naturais do estado entram como atrativos suplementares, reforçando o apelo do contato com a natureza. Até mesmo o planejamento dos roteiros turísticos principais já indica a deferência aos atrativos naturais. Dos quatro “caminhos” do turismo, três são referências à exploração das paisagens e belezas naturais do estado: o *caminho do sol*, que leva às praias do rio Araguaia e às cachoeiras e rios do sul e sudoeste; o *caminho das águas*, em direção às águas termais de Caldas Novas e Rio Quente, e às estâncias balneárias ao longo do rio Paranaíba; e o *caminho da biosfera*, que remete ao ecoturismo nas áreas mais preservadas de cerrado, no norte-nordeste do estado. Somente o *caminho do ouro* indica como atrativos aspectos eminentemente culturais, como os roteiros histórico-religiosos de cidades como Goiás e Pirenópolis.



Figura 3 – Mapa dos roteiros do turismo em Goiás, tendo como fundo uma montagem de fotos de paisagens naturais. Disponível em <www.agetur.go.gov.br>

Interessante é notar que a imagem do *contato com a natureza* não poderia ser mais distante do que aquela que se vê no cotidiano da maioria do povo goiano. Aliás, nesse aspecto, a população de Goiás não difere sobremaneira da imensa maioria dos brasileiros, hoje um povo majoritariamente urbano, acostumado aos ambientes produzidos pelo trabalho humano – que têm, como marca registrada, paisagens criadas para atender à aceleração do tempo. Exemplos disso são as ruas e avenidas, projetadas para facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias; os centros de compras, para fácil acesso dos consumidores; as redes de comunicação, para maximizar as trocas de informações; entre muitos outros elementos.

Contudo, as sociedades humanas não perderam totalmente seus vínculos com suas origens naturais. Há uma necessidade, muitas vezes inconsciente, de manter-se a proximidade com a “natureza”. Isso aparece, por exemplo, na busca por áreas mais vegetadas, na construção de paisagens artificiais como parques, jardins, lagos etc., que remetam a exemplos de feições existentes na natureza. Trata-se de algo marcante em Goiás,

especialmente nos últimos anos. O modelo principal vem da capital, Goiânia, em que sucessivas administrações municipais mantiveram uma certa ênfase na arborização, implantação de jardins em praças, construção de parques e preservação de alguns remanescentes da vegetação original. Infelizmente, quase sempre privilegiando os bairros de populações mais abastadas – e por isso mesmo, politicamente influentes.

Por sua vez, essa tendência influenciou as demais cidades, e os jardins, lagos e parques proliferaram pelo interior goiano (Figura 4) – na medida das possibilidades de cada município e nem sempre de forma muito planejada. Mas, certamente, isso reflete uma valorização da *estética da natureza*, como a busca por maior conforto térmico – o que, aliás, deveria ser uma preocupação constante da população e, conseqüentemente, do poder público, haja vista que a insolação é um fator de risco nas terras goianas. Mesmo assim, o que se vê é a inexistência de políticas de *ambientação*, como a arborização de ruas e praças, com a escolha apropriada de espécies.



Figura 4 – Fotomontagem de lagos nas cidades de Catalão, Iporá, Jataí e Palmeiras de Goiás (em sentido horário, de cima para baixo)

A preocupação com o conforto térmico não é uma atitude desmedida. Como demonstrado no mapa da Figura 2, as interferências ambientais no estado são de grande porte. Embora não seja possível mensurar todas as conseqüências dessas mudanças, já há registros de oscilações na dinâmica do clima, por exemplo, em meio aos ambientes urbanos, como é caso de Goiânia, conformando a existência de micro-climas, oriundos de variações termais e pluviométricas, geradas pelo aumento do albedo (em grande parte fruto da concentração de construções), menor área vegetada, lançamento de poluentes no ar (como os gases combustíveis e material particulado) etc.

Há, também, vários estudos que mostram as perdas de terras e o assoreamento de rios, como o Araguaia, afetando a ictiofauna e, é claro, as populações ribeirinhas que têm o peixe na sua base alimentar. A poluição dos cursos d'água é uma realidade em várias cidades do estado, com a perda de volume e de qualidade dos mananciais, pela exploração das terras em seu entorno e lançamento de dejetos, levando à necessidade, inclusive, de racionamentos nos períodos mais críticos de seca. E, é claro, a substituição da vegetação de cerrado e de florestas pelas pastagens e lavouras, que significa um empobrecimento biogenético, além de não se saber até que ponto também pode influir na dinâmica atmosférica – já que essas pesquisas são ainda incipientes.

Sabe-se que a intervenção humana no clima é principalmente de caráter local. Mas, somadas, essas pequenas interferências formam um conjunto que pode significar uma ação de grande porte. No caso de Goiás, cuja economia agropecuária é dependente dos ciclos climáticos, deveria haver uma maior

preocupação com esses levantamentos, pois as oscilações dos padrões rítmicos das chuvas e temperaturas, por exemplo, podem significar perdas irreparáveis para agricultores e criadores, assim como os índices de umidade atmosférica, nos períodos de estiagem, já são fator de inquietação entre as autoridades da saúde.

As novas relações com o cerrado

Até que ponto a degradação ambiental do cerrado é algo realmente relevante entre os goianos? Essa é uma pergunta que ainda está para ser respondida. Um levantamento interessante nesse sentido foi realizado pelo jornal *O Popular* (Hirose, 2006), a partir de um projeto intitulado *Agenda Goiás*, que objetivou diagnosticar os principais problemas e anseios da população do estado. Foram realizados fóruns de debates em diversos municípios, seguidos de grupos de trabalho com a participação de acadêmicos, jornalistas, técnicos e políticos. O documento final integrou as respostas em regiões (que não coincidem com as microrregiões oficiais do IBGE) e por temáticas.

Um dos temas foi o “meio ambiente” (Quadro 1) e, da análise das “necessidades de cada região”, emergem questões pertinentes a cada local (como a ocupação desordenada, na região metropolitana de Goiânia; a relação entre devastação e ausência de planos diretores para a maioria dos municípios, no entorno do DF), mas também há preocupações que são comuns, como a poluição dos mananciais e contaminação do solo pela agricultura, a destinação dos resíduos sólidos nas cidades, o desmatamento e a má-gestão dos recursos hídricos, o desrespeito à legislação ambiental, entre outros pontos.

Região	Necessidades ambientais
Metropolitana	A ocupação desordenada é grave. A agricultura na zona urbana polui os mananciais e contamina o solo. Os municípios gerem os resíduos sólidos de maneira isolada. É preciso promover e integrar a gestão com a utilização do lixo nos aterros para a geração de energia. É necessário promover o aumento da área da faixa ciliar na região de 30 para 50 metros.
Sudeste	A monocultura desgasta o solo, as plantas criam resistência aos defensivos agrícolas, a irrigação colabora para a escassez de água e o adubo químico não é eficaz como precisaria. Seria importante investir em ovino-caprino cultura, para diversificar as atividades do segmento. Também se deve discutir com os produtores e com o governo a implantação do mercado de créditos de carbono, que pode colaborar para preservar o meio ambiente e ativar a economia regional.
Norte	A mineração e o uso indevido de agrotóxicos e defensivos agrícolas colaboram para a devastação do solo e dos mananciais. Não há, na região, nenhum parque ecológico ou unidade de preservação. Deve-se realizar um trabalho de fiscalização punitivo, mas sobretudo de cunho informativo.
Entorno do DF	A falta de um plano diretor para a maioria dos municípios colabora para a devastação. Não há um programa de gestão de resíduos sólidos e a queima nos lixões gera prejuízos ambientais. As áreas de mata ciliar são frequentemente desmatadas, os mananciais são assoreados e as águas poluídas pelo uso indevido dos agrotóxicos.
Oeste	Os produtores não preservam a reserva legal de suas fazendas. No Vale do Araguaia, os dejetos são lançados no rio. O desmatamento nas margens dos rios devasta a cobertura e causa o assoreamento. Falta fiscalização. Os recipientes com agrotóxicos não recebem a destinação que deveriam e acabam poluindo o solo e as águas.
Noroeste	Como alternativa para promover a preservação ambiental está a criação da Faculdade de Cinema e Vídeo, na cidade de Goiás, que pode gerar vários empregos e fomentar a conscientização ambiental. É necessário recuperar a bacia do Araguaia.
Nordeste	Muitos assentamentos são instituídos na região sem respeito às leis ambientais. Incêndios castigam a área e não há brigadas suficientes para contê-los. Uma das formas de preservar o meio ambiente na área é adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e instituir os comitês de bacia.
Sul	Somente Caldas Novas e Rio Quente têm mais de 20% de sua vegetação nativa preservada. Nos demais municípios, a situação é crítica. Outro problema é a má gestão dos recursos hídricos, inclusive contaminação por agrotóxicos. As margens dos rios muitas vezes são devastadas por novos empreendimentos.
Centro	Há um problema delicado com o uso indevido ou excessivo de agrotóxicos nas plantações, principalmente de tomate. Um projeto de manejo dos resíduos sólidos, com o controle de agrotóxicos e defensivos agrícolas é imprescindível.
Sudoeste	A utilização excessiva de herbicidas e fungicidas nas lavouras colabora para deteriorar a qualidade do ar. É preciso imprimir maior rigor na fiscalização da legislação ambiental.

Quadro 1 – As necessidades ambientais em Goiás. Adaptado do guia *Agenda Goiás*, do Jornal **O Popular**, edição de 13 ago. 2006

O quadro chama a atenção também pelo fato de destacar, repetidas vezes, os problemas advindos do uso excessivo de agrotóxicos. Num estado que alardeia a imagem da pujança econômica oriunda dos “agronegócios”, isso não chega a ser surpresa. Incoerente é a outra imagem que se constrói na mídia turística, de um estado que se destaca pela preservação de seus cenários naturais, das águas límpidas, da vida selvagem à espera do “ecoturista”. Um outro ponto interessante no quadro são as referências à destinação do lixo. Apesar de importante, haja vista os problemas que o acúmulo desordenado do lixo pode ocasionar aos ambientes e à saúde, não é possível afirmar que haja uma visão concreta da situação: quase sempre as pessoas não se reconhecem como agentes ativos na criação do problema que denunciam, pelo fato de assumirem padrões e formas de consumo que são diretamente responsáveis tanto pela devastação acelerada dos recursos naturais, quanto pela produção exacerbada de dejetos, muitos subutilizados.

Contudo, é possível perceber que há uma certa consciência dos problemas e de que eles são urgentes, devem ser enfrentados e assumidos como políticas públicas. Nos últimos anos, inclusive, já se registra uma maior atuação da esfera pública na área ambiental. Sem dúvida, hoje a fiscalização dos órgãos ambientais é mais rigorosa – embora ainda muito distante do ideal – e tem conseguido implantar novas práticas, entre empreendedores, empresários e mesmo governos, no trato com os ambientes. Por outro lado, a ação da sociedade civil organizada também já se faz presente, a partir de uma maior pressão social, que se reflete na inserção da temática ambiental entre os comprometimentos políticos e empresariais.

Cabe um destaque ao Ministério Público, especialmente a partir dos últimos anos, por ter se tornado uma referência para a sociedade, em busca de apoio institucional na luta contra os problemas ambientais. Um exemplo concreto dessa atuação é a recente ação civil pública ajuizada contra siderúrgicas mineiras, grandes

consumidoras de produtos e subprodutos florestais, e que há anos exploram o cerrado de forma predatória e ilegal. O relatório de atividades do órgão (Ministério Público de Goiás, 2004) destaca o fato de que essas siderúrgicas não cumprem a obrigação legal de auto-suprimento integral desses produtos e subprodutos florestais e provocam a desertificação de extensa área de cerrado, principalmente no nordeste do Estado.

O relatório afirma que foram acionadas 11 grandes siderúrgicas, que somente nos últimos anos devastaram mais de 60 mil hectares e retiraram mais de 105 milhões de árvores. Liminarmente, o MP pede que as empresas façam suprimento integral dos produtos e subprodutos que consomem, recuperem e compensem os danos ambientais, socioeconômicos e à saúde pública provocados em razão de suas atividades. Pede ainda a paralisação de todas as atividades nocivas de utilização, industrialização, transformação, transportes, armazenamento ou consumo de produtos e subprodutos de matéria-prima vegetal do Estado, além da suspensão de novas guias florestais, emitidas em favor das usinas siderúrgicas, até quitação do passivo ambiental.

Considerações finais

Falar em *povo do cerrado* pode remeter à idéia de populações cuja vida é permeada pela dinâmica de suas interações com os ecossistemas do cerrado brasileiro; da existência de um modo de vida guiado por práticas econômicas e relações culturais, sociais e de trabalho que têm uma base ecológica muito forte, no sentido de perceber a natureza também como fonte dos valores humanos. Alguns autores defendem que manifestações desse “modo de vida” ainda persistem entre os goianos. Almeida (2005) e Rigonato (2005) citam alguns exemplos, retirados de pesquisas no norte e nordeste de Goiás, onde são encontrados, por exemplo, povos como os *kalunga*, descendentes em sua maioria de escravos de origem africana, que praticam a agricultura de subsistência, a criação de pequeno porte e o extrativismo, e que têm um “rico conhecimento das espécies do Cerrado,

principalmente no que diz respeito às plantas medicinais. Nas formações campestres e capoeirões, abundam-se as sementes, resinas, raízes, cascas e folhas indicadas por eles para cicatrizes, infecções, depurativos, coceiras, problemas pulmonares etc.” (Almeida, 2005, p. 336).

Almeida (2005, p. 337) faz referência ainda aos “cerradeiros, geraizeiros e populações tradicionais do cerrado”, encontrados em povoados como Moinho, Engenho, Boca do Sertão, Vila Borba, Campo Limpo, Garimpinho, Indaianópolis, Funil, Riachão e Santo Antonio (ou Filó), todos em municípios do norte/nordeste de Goiás, cujas “peculiaridades dos *habitats* rurais, as áreas de roçados, as casas e seus quintais e com as maneiras de seus moradores relacionarem-se com a natureza, são bens ambientais mas, também, são formas objetivadas da cultura”.

É certo, contudo, que essa realidade é cada vez mais distante daquela vivenciada pela imensa maioria dos goianos, cuja identidade cultural com o cerrado é apenas relacional, imagética e não empírica, como dito anteriormente. A terra do “pequi”, hoje, remete a um povo em transformação, substancialmente urbano, mas ainda com raízes rurais; globalizado, mas ainda “sertanejo”; que vive o mundo dito “moderno”, mas que comporta uma sociedade “conservadora”. Talvez uma forma de “cultura híbrida”, para usar o termo de Canclini (1998).

Numa visão pessimista do futuro, em que desapareça por completo a cobertura vegetal do cerrado - algo não tão distante assim da realidade, já que restam pouquíssimos remanescentes e raras e (quase) inacessíveis unidades de conservação -, ficam então as dúvidas: ainda será possível falar em um *povo do cerrado*? Qual será, então, a identidade do povo goiano?

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). *Tantos cerrados*: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321-347.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloisa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392 p.

ESTEVAM, Luís. “Geração de emprego: segunda marcha para o Oeste”. *Jornal Opção On-line*, Goiânia, 25 set.-01 out. 2005. Economia. Disponível em: <www.jornalopcao.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2006.

HIROSE, Rodrigo. “Um antídoto para propostas irreais”. *O Popular*, Goiânia, 13 ago. 2006. Agenda Goiás: guia para os candidatos, p. 1-4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 15 ago. 2006.

LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. *O povo do lago*: O homem: suas origens, natureza e futuro. Brasília: Editora da UnB, 1988.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo. Relatório Anual de Atividades. 2004. Disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/caoambiente/relatorio.php>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sociocultural das paisagens do cerrado goiano: o distrito de Vila Borba. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). *Tantos cerrados*: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Vieira, 2005. p. 63-96.

Trabalho enviado e aceito em agosto de 2008

